

da ética do advogado

Art. 2º → já caiu o inciso VI e letra d) do inciso VIII.

↳ **§ 2º A:** atribui ao advogado a prerrogativa de, no processo administrativo, contribuir com a ~~população~~ postulação de decisão favorável ao seu constituinte. Ainda dispõe que a atuação dos advogados no processo administrativo também contribui **mínus público**.

↳ **mínus público** é uma obrigação imposta por lei, em atendimento ao poder público, que beneficia a coletividade e não pode ser recusado, exceto nos casos previstos em lei.

De acordo com a **Lei 14.365/2022** em seu **Art. 2º A**, no âmbito do processo legislativo, foi garantida ao advogado a sua contribuição no âmbito dos Poderes da República, incluindo também a elaboração de normas jurídicas.

↳ **Art. 6º, § 4º da mesma lei** definiu que as atividades de consultoria e assessoria jurídicas podem ser exercidas tanto de forma verbal quanto de forma escrita, o que fica a critério do advogado e do cliente e não dependem de procuração ou formalização por contrato.

Art 4º → **ética e estatuto**. Já caiu o caput e o parágrafo único.

→ **Art. 6º da lei 14.365:** direitos e prerrogativas.

teve revogado todo o parágrafo único e fixou o rol das pessoas que devem dispensar ao advogado, quando no exercício da profissão, tratamento compatível com a dignidade da advocacia.

↳ no sentido de reforçar a dignidade do advogado.

→ **Art. 7º da lei 14.365:** garantiu ao advogado o uso da palavra, pela ordem, não apenas em juízo, mas também em outras situações. A intenção com isso é pl que seja esclarecido qualquer equívoco ou dúvida relacionada aos fatos, documentos ou afirmações.

↳ **revogação do § 2º do art. 7º:** foi afastada a imunidade profissional do advogado em relação a excessos cometidos.

- **§ 2º B:** obteve uma fixação das situações de cabimento da sustentação oral pelos advogados nos recursos contra decisões monocráticas do relator que julgar o mérito ou não conhecer da ape-

lação, recurso ordinário, recurso especial, extraordinário, etc.

- § 6º C: fixa direitos e prerrogativas do representante da OAB em relação ao cumprimento do mandado de busca e apreensão.

É abuso de autoridade a falta de respeito da autoridade em relação ao representante da OAB.

- § 6º D: sigilo de documentos não relacionados a investigação.

- § 6º E: na falta de observância do sigilo de informações, o representante da OAB deverá informar, através de relatório.

- § 6º F: quando houver documentação apreendida, fica garantido o direito de acompanhar a análise.

- § 6º G: em relação à análise de documentação, a seccional da OAB deve ser avisada, com 24h de antecedência, do dia, local e hora em que essa análise irá acontecer.

- § 6º H: Exceção: a análise poderá acontecer sem aviso de antecedência de 24h, desde que o acompanhamento do ato seja garantido.

- § 6º I: proibiu o advogado de efetuar colaboração premiada contra quem seja ou tenha sido seu cliente.